



# ADMINISTRADOR

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

**SUPERIOR**

Turno

**MANHÃ**

**PROVA**

**01**

**Na Folha de Respostas,  
no local indicado,  
lembre-se de preencher o  
Número da Prova!**



**instituto  
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar  
Concursos Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311 - A do  
Código Penal

## Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

## Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

## Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.

## Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

#### O cuidado com a saúde mental na atualidade

Por FMUSP

O século XXI, junto a tantas novidades em diversos setores da sociedade, trouxe também um aumento significativo das doenças mentais – a depressão, por exemplo, é considerada o mal desse período. No Brasil, durante o primeiro ano da pandemia da covid-19, os casos de ansiedade e depressão aumentaram cerca de 25%. Dessa forma, a saúde mental se tornou tema corriqueiro na vida dos brasileiros. Se antes ela não estava entre as preocupações, hoje tem um protagonismo e é mais discutida abertamente. Em quatro anos, houve um aumento de 2,7 vezes na quantidade de pessoas que a consideram uma inquietude.

[...]

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental não é só a ausência de doenças, mas, sim, o perfeito equilíbrio entre saúde física, mental, social e espiritual. Além de estar bem fisicamente, a pessoa precisa ter boas relações sociais e se entender como ser humano, por meio do autoconhecimento. Sendo assim, o fundamento da saúde mental se encontra em seus três pilares: o lado espiritual, físico e mental. Nesse sentido, há uma diferença entre ela e a saúde emocional, que está relacionada com o desequilíbrio momentâneo: “Você pode ser uma pessoa que não tem transtorno psiquiátrico, no entanto não está bem emocionalmente. Por exemplo, está em um processo de separação e está muito mexido e, com isso, não tem mecanismos internos para lidar no campo das emoções diante de um conflito. E aí adocece mentalmente naquele momento”, pontua o Coordenador da Pós-Graduação Multiprofissional em Saúde Mental e Psiquiatria do HCFMUSP, Dr. José Gilberto Prates, especialista em saúde mental e doutor em ciências da saúde.

[...]

Para que a saúde mental esteja sempre em dia, é preciso se conhecer e estabelecer alguns hábitos, como se alimentar bem, dormir o suficiente e ter relações sociais e afetivas de maneira saudável. Para os profissionais da saúde, que estiveram na linha de frente da covid-19 e tiveram de lidar com situações delicadas ao longo desse tempo, o cuidado é redobrado. Segundo o Dr. José Gilberto, a negligência com a saúde mental sempre existiu nessa classe, já que muitos trabalham em mais de dois ou três hospitais, o que prejudica os afazeres da vida pessoal, como praticar esportes, ler um livro e aproveitar a família. “Como cuidamos de outras pessoas, é necessário entender que precisamos cuidar da gente também. Tudo o que ajuda na qualidade de vida, ajuda na saúde mental”, afirma.

[...]

Hodiernamente, a sociedade passa por um período de vulnerabilidade no campo das emoções e no seu tempo de equilíbrio. Para que esse cenário comece a mudar, é importante que as pessoas comecem a adquirir hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida. Com a quantidade de trabalho e uma vida mais frenética, não há autocuidado, nem atenção com o que está acontecendo ao redor, inclusive com a família. Resgatar a espiritualidade, até mesmo no campo religioso, faz com que a saúde mental fique protegida: “Quando eu vejo um jovem entrando em uma escola e praticando violência contra todo mundo... Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido, e ninguém viu. Onde estamos falhando?”, pergunta Dr. José Gilberto.

É preciso se perguntar para onde a vida está caminhando e o que você está fazendo com ela. Algumas perguntas que o especialista sugere são: “Eu tenho conversado com meus amigos?”, “Eu dou atenção o suficiente?”, “Eu falo com minha família?”. O contato das relações é importante para que haja essa manutenção, de forma que você e o outro possam ser percebidos: “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz: ‘comunicação tem remédio’. Eu conversei com ela recentemente e falei: ‘professora, eu acho que comunicação é o remédio’”, finaliza.

[...]

Adaptado de: <https://hcxmusp.org.br/portal/online/saude-mental/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

#### 1

##### Em relação ao texto, é correto afirmar que

- (A) a saúde mental representa a ausência de enfermidades, pois passa a funcionar como uma assimetria entre a saúde física e a espiritual.
- (B) há uma distinção entre a saúde mental e a emocional, esta última ligada a um desequilíbrio caracterizado como contínuo.
- (C) a sociedade enfrenta um período intenso de fragilidade no âmbito das emoções e das razões, além do seu tempo de equilíbrio.
- (D) devido a casos significativos de depressão, não há autocuidado nem atenção ao que acontece com pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (E) a falta de atenção à saúde mental é uma constante entre os profissionais de saúde, fato que coopera com o abalo da vida pessoal.

**2**

**Assinale a alternativa em que a frase “Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido [...]” foi reescrita sem prejuízos a seu sentido original.**

- (A) Penso que ele esteja deveras placidamente acamado.
- (B) Suponho que ele esteja deveras remansosamente fraco.
- (C) Acredito que ele esteja bastante embevecidamente apático.
- (D) Suponho que ele esteja bem compassadamente encamado.
- (E) Presumo que ele esteja deveras arrebatadamente enfermo.

**3**

**A respeito da função textual das seguintes expressões em destaque e considerando suas intencionalidades, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “Nesse sentido, há uma diferença entre [...]”, o propósito comunicativo se concentra em expor ao(à) leitor(a) uma noção causal concatenada a uma consequência.
- (B) Em “O século XXI, junto a tantas novidades [...]”, o propósito comunicativo se materializa na apresentação e complementação de uma informação contextual e histórica.
- (C) Em “[...] é considerada o mal desse período.”, o propósito comunicativo se concentra em uma noção anafórica, por sinalizar a retomada a um referente já mencionado no discurso.
- (D) Em “Hodiernamente, a sociedade passa por um período [...]”, o propósito comunicativo se pauta em indicar uma ação contínua, não finalizada no momento de sua enunciação.
- (E) Em “[...] e, com isso, não tem mecanismos internos [...]”, o propósito comunicativo se respalda em uma noção catafórica, por exprimir uma exemplificação na sequência.

**4**

**Quanto aos seguintes conectivos em destaque, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “Para que a saúde mental esteja sempre em dia [...]”, identifica-se uma finalidade, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “uma vez que”.
- (B) Em “Quando eu vejo um jovem entrando [...]”, identifica-se uma concessão, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “no momento em que”.
- (C) Em “Segundo a Organização Mundial de Saúde [...]”, identifica-se uma conformidade, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “ante a”.
- (D) Em “Dessa forma, a saúde mental se tornou tema [...]”, identifica-se uma conclusão, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “dessarte”.
- (E) Em “Por exemplo, está em um processo de separação [...]”, identifica-se uma comprovação, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “porventura”.

**5**

**Em relação à função dos termos destacados, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “[...] ao redor, inclusive com a família.”, o termo destacado desempenha função adverbial, por indicar uma ideia de adição.
- (B) Em “Onde estamos falhando? [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por explicitar uma ideia de localização.
- (C) Em “[...] trouxe também um aumento significativo [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por evidenciar uma ideia de exemplificação.
- (D) Em “[...] até mesmo no campo religioso [...]”, o termo destacado desempenha função pronominal, por reforçar uma informação.
- (E) Em “Como cuidamos de outras pessoas [...]”, o termo destacado desempenha função prepositiva, por manter uma conexão à palavra seguinte.

**6**

**Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita INCORRETA quanto à concordância de frases adaptadas do texto.**

- (A) A maioria dos casos de ansiedade cresceram cerca de 25%.
- (B) As pessoas têm de adquirir, atualmente, hábitos saudáveis.
- (C) Houve aumentos na quantidade de pessoas depressivas.
- (D) Eu tenho conversado com bastante amigos e familiares.
- (E) Os profissionais de saúde precisam cuidar deles mesmos.

**7**

**Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta quanto à regência verbal de frases adaptadas do texto.**

- (A) Quando os jovens adentram por uma escola com o objetivo de praticar violência.
- (B) Carecemos de cuidar dos profissionais da saúde.
- (C) Há profissionais da saúde que trabalham por mais de dois ou três hospitais.
- (D) O resgate à espiritualidade permite com que a saúde mental se proteja.
- (E) A sociedade é atravessada de um período vulnerável.

**8**

**Em “[...] ‘comunicação tem remédio’ [...]”, as aspas simples foram empregadas com a função de**

- (A) isolar a expressão para facilitar o seu entendimento.
- (B) denotar uma explicação para a compreensão do leitor.
- (C) enfatizar uma expressão proveniente de outro texto.
- (D) expressar o valor significativo da expressão na condição de síntese.
- (E) fazer sobressair uma expressão peculiar na língua portuguesa.

**9**

**Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. Em “[...] que estiveram na linha de frente da covid-19 [...]”, o “que” constitui um reforço à palavra “estiveram” e assegura uma posição livre na oração.
- II. Em “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz [...]”, o “que” retoma o termo antecedente que exprime uma noção substantiva.
- III. Em “[...] de forma que você e o outro [...]”, o “que” coopera com a introdução de uma ideia subordinada adverbial final por indicar uma consequência em relação à frase anterior.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

**10**

**Concernente à estrutura do texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) A menção a um doutor e à Organização Mundial da Saúde contribui, de maneira substancial, para fundamentar teoricamente a composição argumentativa do texto.
- ( ) O texto, entendido como uma transmissão e construção de saberes por meio de uma exposição, recorre a dados teóricos sobre o conhecimento acerca do cuidado com a saúde mental.
- ( ) O texto se constrói a partir de uma introdução, de um desenvolvimento e de uma conclusão, é uma composição argumentativa, por defender a ideia de que a atualidade cooperou com o aumento de doenças mentais.

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – F.

## Legislação

11

**A respeito dos órgãos da PARANAPREVIDÊNCIA, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Estadual nº 12.398/1998.**

- (A) O Conselho de Administração é o órgão de fiscalização e controle interno.
- (B) O Conselho Fiscal é o órgão executivo.
- (C) O Conselho Diretor é o órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior.
- (D) Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.
- (E) Os Diretores do Órgão Executivo serão designados pelo Governador do Estado para exercício por um período de 6 (seis) anos.

12

**Uma determinada empresa precisa coletar dados pessoais de seus clientes para prestar seus serviços. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, dispõe que é necessário o consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais. Com base na referida lei, esse consentimento**

- (A) pode ser revogado, desde que não prejudique a prestação de serviços já iniciada, e prescinde de manifestação escrita do titular.
- (B) deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
- (C) deverá ser obtido por escrito, cabendo ao operador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na lei.
- (D) se estende para os casos em que o controlador necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores, dispensando consentimento específico para esse fim.
- (E) é dispensado quando a empresa exerce atividades essenciais de saúde.

13

**Com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta.**

- (A) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos da referida lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- (C) A punição da criança e do adolescente com castigo físico, apesar de não constar expressamente na referida lei, é por ela repudiada.
- (D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 (seis) meses, salvo comprovada necessidade.
- (E) Para as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, é facultativo o encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude.

14

**No âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta sobre os conceitos de Administração Pública.**

- (A) A Administração Pública, em sentido objetivo, é um conjunto de órgãos, de pessoas jurídicas e de agentes aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- (B) A Administração Pública, em sentido subjetivo, tem por finalidade a satisfação direta e imediata dos fins do Estado. Trata-se daquilo que a Administração efetivamente faz, como a construção de uma rodovia.
- (C) Compõem a Administração Pública, em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.
- (D) A Administração Pública, em sentido subjetivo, é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos.
- (E) Não há uma diferenciação entre os conceitos de Administração Pública em sentido objetivo e subjetivo.

**15**

**Considerando os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A imperatividade deve estar presente em todos os atos administrativos e diz respeito aos fatos, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
- (B) A motivação legal é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- (C) Para ser válido, o ato administrativo deve reunir todos os atributos concomitantemente, visto que são requisitos para sua existência.
- (D) Consiste a autoexecutoriedade em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (E) A autoexecutoriedade existe em todos os atos administrativos, sendo que, por meio dele, a Administração toma decisões executórias, criando obrigação para o particular.

**16**

**Um servidor estável foi flagrado pelo seu superior hierárquico cometendo uma falta grave em suas atividades, a qual está sujeita à aplicação de pena de perda do cargo público. Nesse caso, assinale a alternativa INCORRETA sobre o processo administrativo disciplinar.**

- (A) É obrigatório o processo administrativo disciplinar para a aplicação das penas que impliquem perda de cargo para o funcionário estável.
- (B) A instrução rege-se pelos princípios da oficialidade e do contraditório, este último essencial à ampla defesa.
- (C) Ainda que haja elementos suficientes, é necessário realizar sindicância antes do processo administrativo disciplinar.
- (D) Se, além da infração administrativa, o fato constituir ilícito penal, deve a comissão processante comunicar às autoridades policiais, fornecendo os elementos de instrução de que dispuser.
- (E) A citação do indiciado deve ser feita antes de iniciada a instrução, devendo ser acompanhada de cópia da portaria para permitir-lhe pleno conhecimento da denúncia.

**17**

**No âmbito da organização administrativa, os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração são essenciais. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A centralização caracteriza-se pela execução direta de atividades pelo ente federativo, sem transferir sua realização a outras entidades ou órgãos.
- (B) A descentralização ocorre quando a Administração Pública transfere a execução de determinada atividade para órgãos subordinados, mantendo o vínculo hierárquico.
- (C) A desconcentração consiste na distribuição de competências entre entidades distintas, cada uma com personalidade jurídica própria, rompendo o vínculo hierárquico.
- (D) A descentralização política ocorre quando a União delega a execução de serviços públicos para suas autarquias, mantendo o controle hierárquico sobre elas.
- (E) A concentração refere-se à criação de novos órgãos dentro de uma mesma entidade administrativa para melhorar a divisão de competências e a eficiência na gestão.

**18**

**O Município Alfa tem interesse em reformular seu sistema de transporte coletivo e, após diversos estudos técnicos, delegou a prestação de serviços a uma empresa privada a fim de realizar a manutenção do sistema por meio de licitação. Para tanto, foi formalizado um contrato com previsão das tarifas cobradas dos usuários e uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa que melhor classifica a forma de delegação aplicada.**

- (A) Trata-se de uma permissão de serviço público, que é formalizada por contrato administrativo e garante ao permissionário a exclusividade na prestação do serviço.
- (B) Trata-se de uma autorização de serviço público, um ato administrativo precário que transfere a execução ao particular, podendo ser revogada unilateralmente pelo poder público.
- (C) Trata-se de uma concessão administrativa em que a remuneração do particular ocorre exclusivamente pelos usuários do serviço público.
- (D) Trata-se de uma parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa, pois o serviço foi transferido ao particular.
- (E) Trata-se de uma concessão patrocinada, em que o particular é remunerado tanto pelas tarifas cobradas diretamente dos usuários, quanto por aporte financeiro do poder público.

19

**Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- (A) O poder hierárquico, também conhecido como poder normativo, é aquele que visa apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (B) O poder regulamentar pode ser definido como o poder, que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.
- (C) O poder disciplinar se refere à capacidade da administração de revogar ou alterar atos administrativos.
- (D) O poder de polícia não permite à Administração Pública impor limitações ao exercício de direitos individuais em nome do interesse público.
- (E) O poder hierárquico da Administração Pública se refere à autoridade dos superiores sobre os subordinados, mas sem a capacidade de aplicar penalidades disciplinares.

20

**Em relação ao poder da Administração Pública, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.**

O \_\_\_\_\_ ocorre quando o agente ultrapassa os limites de competência, e constitui, juntamente com o \_\_\_\_\_, que é vício quanto à finalidade, as espécies de \_\_\_\_\_.

- (A) abuso de poder / excesso de poder / desvio de poder
- (B) desvio de poder / abuso de poder / extrapolação de poder
- (C) abuso de poder / desvio de poder / excesso de poder
- (D) excesso de poder / desvio de poder / abuso de poder
- (E) desvio de poder / abuso de poder / excesso de poder

21

**Carlos é dono de uma propriedade produtiva e foi surpreendido com a inclusão de sua propriedade em um decreto de desapropriação por interesse social, destinado à reforma agrária. Diante disso, Carlos questionou a legalidade do ato, argumentando que o artigo 185, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assegura que propriedades produtivas não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. O referido dispositivo legal citado por Carlos é uma**

- (A) norma de eficácia plena, pois impede de forma imediata e integral a desapropriação de propriedades produtivas, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
- (B) norma de eficácia contida, ou seja, que possui aplicação imediata, mas pode ser restringida por lei que regulamente os limites da propriedade produtiva.
- (C) norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação para que os critérios de "propriedade" e "produtividade" sejam definidos.
- (D) norma programática que estabelece apenas uma diretriz geral para orientar a política de reforma agrária do Estado, sem aplicação direta.
- (E) norma de eficácia plena, mas sua aplicabilidade pode ser condicionada pela regulamentação do conceito de produtividade em legislação infraconstitucional.

22

**Acerca do que dispõe a Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- ( ) São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- ( ) Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- ( ) Incluem-se entre os bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- ( ) Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

- (A) V – V – F – F – V.
- (B) F – V – V – V – F.
- (C) F – V – F – V – V.
- (D) V – F – V – F – V.
- (E) V – F – F – V – F.

**23**

**Maria trabalha na mesma empresa com carteira assinada há cinco anos e está desconfiada de que não estão sendo cumpridas as obrigações da empresa em relação aos direitos sociais assegurados constitucionalmente. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**

- (A) irredutibilidade do salário, vedada disposição diversa em convenção ou acordo coletivo.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) remuneração do trabalho noturno igual ou superior à do diurno.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente no sábado ou domingo.
- (E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

**24**

**Com base no conceito de Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Poder Constituinte originário é aquele que visa modificar normas constitucionais já existentes, sem a necessidade de seguir as regras estabelecidas pela Constituição vigente.
- (B) O Poder Constituinte derivado é exercido exclusivamente pelo povo, podendo alterar qualquer parte da Constituição observando a limitação material.
- (C) O Poder Constituinte derivado é o poder exercido para criar uma nova Constituição, substituindo a Constituição anterior.
- (D) O Poder Constituinte é exercido pelo chefe do Legislativo, que tem o poder de criar ou modificar a Constituição.
- (E) O Poder Constituinte originário é responsável por elaborar a Constituição de um Estado e não está sujeito aos limites da Constituição anterior, podendo criar novas normas e princípios sem as restrições da norma anterior.

**25**

**De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário.**

- (A) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Federais têm jurisdição em todo o território nacional.
- (B) Os juízes gozam da garantia constitucional da vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após 3 (três) anos de exercício.
- (C) Compete privativamente aos juízes a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- (D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta Ministros.

**26**

**Com base no que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre o Ministério Público, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.**

**O Ministério Público \_\_\_\_\_ tem por chefe o \_\_\_\_\_, nomeado \_\_\_\_\_ dentre integrantes da carreira, maiores de \_\_\_\_\_ anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.**

- (A) Federal / Procurador-Geral de Justiça / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (B) da União / Procurador-Geral da República / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (C) Federal / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Senado Federal / trinta
- (D) da União / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal / trinta e cinco
- (E) do Trabalho / Procurador-Geral do Trabalho / pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho / trinta e cinco

**27**

**Marcia é defensora pública e recentemente foi chamada para atuar em um caso de um cidadão que busca a garantia de um direito fundamental violado pelo poder público, mas o órgão público competente se recusa a fornecer o serviço, alegando falta de recursos. Diante disso, o cidadão questiona Marcia sobre o papel da Defensoria Pública. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta em relação à atuação da Defensoria Pública.**

- (A) A atuação da Defensoria Pública é restrita à defesa de cidadãos acusados criminalmente, não sendo responsável por defender os direitos sociais ou coletivos.
- (B) A atuação da Defensoria Pública é restrita aos casos em que o Estado é parte, não podendo atuar quando o processo envolve particulares.
- (C) A Defensoria Pública deve prestar assistência jurídica gratuita a qualquer cidadão necessitado e em todos os graus, judicial e também extrajudicial.
- (D) A Defensoria Pública não pode atuar em processos contra a Administração Pública, em decorrência do conflito de interesses.
- (E) Para a atuação da Defensoria Pública, é necessário que o juiz nomeie um defensor público no processo judicial.

**28**

**Nos termos da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de**

- (A) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- (B) educação básica obrigatória e gratuita dos 3 (três) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- (D) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (E) vedação do ensino noturno regular.

**29**

**A empresa Beta está respondendo por um ato de improbidade administrativa, cometido pela pessoa jurídica, que causou prejuízo ao erário. Nessa situação, considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.429/1992, responda se os sócios da empresa também responderão pelo ato cometido pela empresa.**

- (A) Não responderão em nenhuma hipótese, já que os patrimônios da pessoa física e jurídica não se confundem, tendo personalidades próprias.
- (B) Dependerá se os sócios têm poder de administração da pessoa jurídica. Em caso positivo, deverão responder solidariamente.
- (C) A responsabilidade será subsidiária. Ou seja, não existindo patrimônio suficiente da empresa, o patrimônio dos sócios será utilizado para a reposição dos cofres públicos.
- (D) Não responderão, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (E) Sim, todos os sócios e cotistas deverão responder nos limites de sua cota parte.

**30**

**Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, se um servidor público da administração direta for eleito para um cargo de Vereador,**

- (A) não havendo compatibilidade de horários, deverá ser investido no mandato e será afastado do cargo, emprego ou função.
- (B) havendo ou não compatibilidade de horários, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função.
- (C) será investido no mandato e permanecerá no cargo, emprego ou função, recebendo a remuneração do cargo para o qual foi eleito.
- (D) não havendo compatibilidade de horários, permanecerá no seu cargo, emprego ou função.
- (E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

**Conhecimentos Específicos**

31

Um administrador previdenciário, atuando em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), enfrenta o desafio de estruturar ações que garantam a sustentabilidade do sistema, a qualidade no atendimento aos segurados e a eficiência nos processos internos. Em uma recente análise, identificou-se a necessidade de melhorar o planejamento estratégico, reorganizar recursos humanos e materiais e implementar mecanismos de controle mais eficazes para monitorar os resultados. Diante desse cenário e das necessidades apresentadas e considerando as funções clássicas da administração aplicadas à gestão previdenciária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O planejamento para o administrador envolve definir objetivos, assim como um plano de ações para atender às demandas da sociedade, alinhando-se às políticas públicas para a resolução dos problemas públicos.
- II. A organização para o administrador no setor público refere-se à alocação de recursos materiais, colocando os aspectos humanos em estruturas administrativas e formalizando uma unidade social, perante a qual os objetivos públicos são atingidos.
- III. A direção é a função primordial do dia a dia do administrador, conectando-o à implementação de políticas por meio da liderança, motivação e comunicação eficaz.
- IV. O controle é a função pela qual, por meio do contexto bidirecional, o administrador garante os resultados das políticas públicas, assegurando a conformidade segundo a accountability.

- (A) Apenas I e IV.  
(B) Apenas I, III e IV.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas I, II e IV.  
(E) Apenas II, III e IV.

32

O setor público, por vezes referido como o setor estatal, é uma parte do Estado que lida com a produção, entrega e distribuição de bens e serviços por e para o governo ou para os seus cidadãos. Assim, nesse setor, o planejamento é uma das funções centrais da administração, pelo qual é possível alinhar as políticas públicas aos objetivos. Contudo o sucesso do planejamento, mesmo em organizações públicas, depende da aplicação adequada das teorias da administração, assim como da observação de sua estrutura. Assinale a alternativa correta sobre planejamento.

- (A) Planejamento estratégico é o processo de definir as metas de curto prazo da organização, pensando nas ações que serão utilizadas para alcançá-las e em com quais recursos se poderá contar na busca pelo atendimento das necessidades imediatas, viabilizando uma garantia de recursos.
- (B) Planejamento tático atende a proposta do planejamento operacional e define como o plano estratégico deve atuar para atendê-lo, ou seja, o planejamento tático são as ações primordiais desempenhadas no nível hierárquico mais elevado da empresa.
- (C) Planejamento operacional é o processo que transforma o plano em um mapa detalhado que descreve exatamente quais ações serão executadas pela equipe semanalmente e, às vezes, até diariamente.
- (D) Não há um planejamento no nível hierárquico organizacional mais baixo, uma vez que os colaboradores inseridos neste apenas atendem às tarefas que serão executadas pelas diretrizes dos superiores mensalmente e, em alguns casos, com ordenamento semanal.
- (E) O planejamento no setor público não é necessário, uma vez que as organizações públicas são produto de um modelo burocrático e devem respeitar princípios legais, como a transparência e a legalidade, dispensando o emprego de um plano lotado para um objetivo.

33

Um administrador previdenciário, em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), é responsável por tomar decisões que respeitem os princípios constitucionais da Administração Pública, conhecidos pela sigla LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). Esses princípios garantem que a gestão previdenciária siga critérios éticos, legais e transparentes, assegurando a sustentabilidade do sistema e o atendimento ao interesse público. Com base nos princípios LIMPE e em sua aplicação na administração previdenciária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O princípio da legalidade obriga que todas as decisões do gestor previdenciário sejam realizadas conforme a lei vigente, admitindo flexibilizações normativas para casos excepcionais que possam beneficiar grupos específicos.
- II. O princípio da impessoalidade exige que a concessão de benefícios seja feita sem favorecimento pessoal ou político, baseando-se exclusivamente nos critérios estabelecidos pela legislação previdenciária.
- III. O princípio da moralidade requer que o gestor previdenciário avalie não apenas a conformidade com a lei, mas também a justiça e a ética das decisões tomadas no processo de concessão de benefícios e arrecadação.
- IV. O princípio da eficiência exige que a gestão previdenciária maximize os recursos disponíveis, otimizando os processos administrativos para reduzir prazos e custos, com foco na obtenção de retorno durante o atendimento aos segurados.

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas II e III.

34

A cultura organizacional e a estrutura organizacional são dois elementos essenciais que influenciam diretamente o funcionamento de qualquer organização, incluindo as públicas: a cultura reflete os valores, crenças e práticas compartilhadas pelos membros da organização, enquanto a estrutura organiza e define os níveis hierárquicos e funções distribuídas. Nesse cenário, os administradores desempenham papéis cruciais, os quais podem ser divididos em: interpessoais, informacionais e decisórios. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta a interação dinâmica entre cultura e estrutura organizacional, abrangendo a influência que ambas exercem sobre os papéis do administrador.

- (A) A cultura organizacional impacta o papel informacional do administrador ao promover a motivação entre os membros da equipe, enquanto a estrutura organizacional não influencia o fluxo de comunicação, mas as relações decisórias, produzindo uma interação dinâmica entre os membros.
- (B) A estrutura organizacional determina como os papéis interpessoais do administrador são produtos das interações do ambiente externo organizacional, ao passo que a cultura organizacional, limitada a influência dos papéis decisórios, direciona suas relações internas, desvendando as forças singulares de uma organização.
- (C) A cultura estabelece um ambiente que orienta as crenças e os valores de uma estrutura organizacional, restringindo sua atuação ao ambiente organizacional. Cabe ao administrador, em grande parte, ignorar orientações morais e estabelecer uma direção perante os objetivos.
- (D) A cultura organizacional interage para moldar diferentes papéis do administrador, envolvendo-o nas tomadas de decisão, na liderança e nas relações humanas, o que impacta nos modelos de comunicação, logo na estrutura da organização, alimentando o modelo estratégico.
- (E) A estrutura organizacional define os níveis de hierarquia e as funções distribuídas, determinando de forma exclusiva os papéis informacionais e interpessoais do administrador, enquanto a cultura organizacional atua apenas como um reflexo passivo dos valores da alta administração, sem influenciar diretamente as práticas de tomada de decisão.

**35**

A governança corporativa desempenha um papel essencial na gestão contemporânea, principalmente pensado na prestação de contas e na responsabilidade corporativa. No contexto organizacional, essas práticas são fundamentais para alinhar os interesses de acionistas, administradores e demais partes interessadas, garantindo que as estratégias adotadas fortaleçam a sustentabilidade e a competitividade da organização. Sobre o papel da governança corporativa no alinhamento estratégico das organizações, assinale a alternativa correta.

- (A) A governança corporativa limita-se a promover a transparência nas decisões internas, sem influenciar diretamente o alinhamento entre as estratégias organizacionais e os interesses dos acionistas.
- (B) O alinhamento estratégico promovido pela governança corporativa é essencial para fortalecer a competitividade da organização, garantindo que as decisões estratégicas sejam tomadas em benefício de todos os stakeholders, com base em práticas éticas e transparentes.
- (C) A governança corporativa garante que todas as decisões estratégicas sejam centralizadas nos interesses dos administradores, reduzindo a influência de acionistas sobre a organização.
- (D) A adoção de boas práticas de governança corporativa elimina completamente os conflitos de agência, assegurando que não haja divergências entre gestores e acionistas.
- (E) A governança corporativa é responsável por assegurar exclusivamente a eficiência operacional da organização, sendo as práticas relacionadas à responsabilidade corporativa e à prestação de contas consideradas secundárias para o alinhamento estratégico.

**36**

A Administração Pública, como área de formação e campo de estudos, surgiu com o objetivo de preparar servidores públicos para a administração moderna, enfatizando inicialmente a burocracia governamental e a implementação de políticas públicas, contudo, ao longo do tempo, sua abordagem foi ampliada, incorporando a interação com organizações não governamentais, entidades privadas e atores transnacionais. A respeito dos conceitos e da origem da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública, enquanto disciplina, sempre incorporou as políticas públicas como objeto de análise, priorizando a articulação de redes de atores sociais e jurisdicionais desde seu surgimento.
- (B) A evolução da Administração Pública levou ao afastamento da dimensão "pública", passando a focar exclusivamente teorias organizacionais e de gestão empresarial, tornando-se independente da esfera estatal.
- (C) A Administração Pública ampliou suas fronteiras para além do Estado, incluindo organizações não governamentais, setores privados e transnacionais, destacando a necessidade de articulação entre atores governamentais e não governamentais.
- (D) A separação entre administração e política foi superada na consolidação da Administração Pública, o que eliminou os conflitos de identidade na disciplina e reforçou seu foco exclusivamente na gestão pública estatal.
- (E) A Administração Pública, enquanto ciência, permanece restrita à burocracia governamental, sendo caracterizada pela execução técnica de políticas públicas, desvinculada de interações sociais ou políticas.

37

Um administrador previdenciário que atua na PARANAPREVIDÊNCIA precisa entender as diferenças entre a Administração Pública Direta e Indireta para melhor compreender a estrutura e o funcionamento das políticas públicas. A Administração Direta, formada por órgãos vinculados aos entes federativos, e a Administração Indireta, composta por entidades como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, desempenham papéis complementares na execução de políticas públicas. Em relação à distinção entre Administração Direta e Indireta e sua aplicação na Administração Pública previdenciária, assinale a correta.

- (A) A Administração Direta é caracterizada exclusivamente pelo modelo gerencial de gestão, enquanto a Administração Indireta se baseia no modelo societário, promovendo maior interação com organizações não governamentais e privadas.
- (B) A criação da Administração Pública Indireta durante o modelo burocrático visou ampliar a autonomia das entidades descentralizadas, permitindo que o administrador previdenciário atue de forma independente da Administração Direta e sem supervisão estatal.
- (C) A Administração Pública Direta e a Indireta coexistem para garantir a implementação de políticas públicas, sendo a Administração Indireta para o administrador um mecanismo de descentralização criado no modelo gerencial para aumentar a eficiência e atender a demandas específicas.
- (D) A Administração Pública Indireta foi desenvolvida para substituir a Administração Direta em áreas estratégicas, reduzindo a presença do Estado em funções públicas e transferindo responsabilidades para o setor privado.
- (E) Para o administrador, a Administração Direta concentra suas atividades na formulação de políticas públicas e na supervisão da Administração Indireta, que, por sua vez, é responsável pela execução descentralizada de serviços e pela gestão de áreas específicas, promovendo maior flexibilidade e eficiência.

38

Um administrador previdenciário na PARANAPREVIDÊNCIA é responsável por elaborar estratégias de gestão de pessoal, garantindo que os diferentes vínculos empregatícios estejam alinhados às necessidades institucionais e legais do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). No Brasil, os servidores públicos são categorizados como estatutários, temporários e comissionados, cada um com características específicas relacionadas a estabilidade, regime de trabalho e processo de ingresso. Sobre essas categorias de servidores públicos e sua relação com a gestão previdenciária, assinale a alternativa correta.

- (A) Os servidores comissionados são obrigatoriamente contratados por meio de concurso público e possuem estabilidade, pois integram o quadro permanente da Administração Pública.
- (B) Os servidores temporários são contratados em caráter emergencial ou por necessidade e não possuem estabilidade, mas podem ter direitos trabalhistas garantidos, dependendo do órgão contratante.
- (C) O regime estatutário é caracterizado pela ausência de estabilidade e pela possibilidade de contratação direta para funções específicas dentro da Administração Pública, contudo são garantidos aos estatutários direitos trabalhistas.
- (D) Os empregados públicos estão sob o regime estatutário, possuem estabilidade e seus contratos seguem os mesmos moldes dos servidores efetivos de carreira.
- (E) A maior diferença entre os servidores estatutários e temporários é que os estatutários possuem estabilidade, enquanto os temporários atuam exclusivamente em cargos de confiança e chefia.

**39**

A Administração Pública brasileira passou por diferentes paradigmas ao longo do tempo, refletindo as transformações políticas e econômicas. É possível ter uma Administração Pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo em que vivemos, porém seria necessário flexibilizar alguns modelos de gestão. Essas mudanças são impulsionadas por reformas do Estado, que buscam modernizar a gestão pública e aumentar a governança e a capacidade de atender às demandas da sociedade. Nesse sentido, sobre a evolução da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo burocrático é caracterizado pelo incentivo à criatividade e inovação, concentrado nos resultados, sob a ótica de uma eficácia absoluta. Nessa abordagem, a Administração Pública construiu um atendimento ao bem comum.
- (B) A Administração Pública gerencial promove uma gestão orientada para resultados, estruturada em contratos de gestão que integram metas claras e indicadores de desempenho. Essa abordagem descentraliza a administração, otimizando recursos e aumentando a produtividade, enquanto busca alinhar as ações dos gestores públicos às demandas sociais, priorizando a eficiência e a accountability.
- (C) O modelo burocrático foi idealizado para garantir a legalidade e a impessoalidade nas decisões administrativas, sendo centrado em regras e procedimentos. Em contrapartida, o modelo gerencial visa uma administração flexível, voltada para o alcance de metas e resultados, sem se ater exclusivamente às normas processuais, mas também buscando atender às expectativas dos cidadãos.
- (D) A Administração Pública gerencial enfatiza a competitividade e a modernização organizacional, utilizando-se de princípios como inovação, criatividade e descentralização de processos. Contudo, limita-se ao impacto organizacional e frequentemente negligencia o atendimento às demandas da população, concentrando-se mais nos aspectos internos das organizações públicas.
- (E) Apesar de suas diferenças históricas e de aplicação, a Administração Pública burocrática e a gerencial compartilham elementos fundamentais, como a busca pela eficiência e pela conformidade legal. Todavia, enquanto o modelo burocrático privilegia a rigidez dos procedimentos, o modelo gerencial foca a adaptabilidade e a entrega de resultados, embora ambos sejam sustentados por princípios éticos e administrativos.

**40**

O Estado é uma organização dotada de poder, composta por elementos estruturais como governo, burocracia, forças armadas, ordenamento jurídico e sociedade civil. Sua função principal é manter a ordem dentro de um território definido, garantindo direitos, legislando e tributando. No capitalismo contemporâneo, o poder político deriva da sociedade civil, e o grau de democracia em um sistema político influencia diretamente a transformação da população em cidadãos com direitos políticos efetivos e iguais. Em relação ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado, em sua estrutura política, é composto apenas por elementos institucionais como governo, forças armadas e burocracia, o que não abrange o povo.
- (B) No capitalismo contemporâneo, o poder político do Estado é exercido exclusivamente pelo governo e pela burocracia, pensando na relação da demanda do mercado econômico.
- (C) O caráter democrático de um sistema político influencia a transformação da população em um povo, entendido como cidadãos com direitos políticos efetivos e teoricamente iguais.
- (D) O Estado exerce seu poder sobre a sociedade civil, que é entendida como o objeto de suas ações e decisões.
- (E) No contexto da organização estatal, o ordenamento jurídico é restrito às instituições públicas, não exercendo influência direta sobre a sociedade como um todo.

41

O administrador previdenciário desempenha um papel estratégico na formulação de políticas públicas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Uma de suas atribuições é participar ativamente da definição da agenda de prioridades, buscando alinhar as demandas dos segurados às diretrizes institucionais. Nesse contexto, o ciclo de políticas públicas orienta a formulação, implementação e avaliação das ações governamentais. Sobre a definição da agenda no ciclo de políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A definição da agenda é uma etapa exclusiva do poder executivo, sendo orientada pela necessidade de implementação imediata de programas previdenciários, sem a participação de segurados ou representantes sociais.
- (B) No ciclo de políticas públicas, a definição da agenda ocorre após a formulação das políticas, quando as ações prioritárias são decididas com base na viabilidade técnica e no impacto financeiro.
- (C) A definição da agenda é influenciada por fatores internos (capacidades institucionais) e externos (demandas da sociedade e contexto político), cabendo ao administrador previdenciário integrar essas dimensões ao planejamento estratégico do RPPS.
- (D) A definição da agenda no contexto previdenciário ocorre exclusivamente com base em critérios econômicos, como o equilíbrio financeiro do regime, sem levar em conta demandas sociais ou políticas públicas preexistentes.
- (E) No ciclo de políticas públicas, a definição da agenda é concluída após a avaliação das políticas implementadas, sendo revisada apenas quando as metas originais não são atingidas.

42

O administrador previdenciário desempenha um papel fundamental no equilíbrio do Pacto Federativo, assegurando que as políticas de gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estejam alinhadas às diretrizes nacionais e às necessidades locais. Nesse contexto, a interação entre os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) é essencial para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário e o atendimento aos segurados. Em relação ao Pacto Federativo e à atuação dos Três Poderes no contexto da administração, assinale a alternativa correta.

- (A) O Pacto Federativo define que a União possui soberania absoluta sobre os Estados e Municípios, centralizando a autonomia política e fiscal, o que fortalece o Poder Executivo Federal na implementação de políticas públicas nacionais.
- (B) A descentralização promovida pelo Pacto Federativo busca equilibrar as responsabilidades administrativas e financeiras entre os entes federados, reforçando a atuação conjunta entre os Três Poderes em esferas locais e regionais.
- (C) O Pacto Federativo assegura a igualdade plena de competências entre os entes federados, promovendo uma repartição homogênea de funções legislativas e executivas entre União, Estados e Municípios, sem necessidade de colaboração intergovernamental.
- (D) A organização dos Três Poderes no âmbito do Pacto Federativo segue um modelo hierárquico, no qual o Judiciário Federal tem competência exclusiva para dirimir conflitos de competências entre União, Estados e Municípios.
- (E) A autonomia conferida aos entes federados pelo Pacto Federativo implica a independência completa de cada unidade em relação ao governo central, o que inviabiliza a implementação de políticas públicas nacionais unificadas.

43

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, é um marco legal essencial para a gestão pública no Brasil, estabelecendo normas e limites para a administração das finanças públicas. No contexto da gestão previdenciária, a LRF estabelece limites e diretrizes para a gestão fiscal, visando garantir equilíbrio nas contas públicas e eficiência no uso dos recursos, além de fixar normas para gastos com pessoal, previdência e dívida pública. Sobre o orçamento público e a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A política tributária estabelece os limites máximos de gastos em áreas prioritárias, enquanto a política orçamentária fixa os valores mínimos para investimentos obrigatórios, como no caso dos Ministérios da Educação e da Saúde.
- (B) O orçamento público, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, deve priorizar a redução de gastos em todas as áreas, independentemente da necessidade, os investimentos em serviços devem contemplar os recursos eficientemente.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites de gastos com pessoal, previdência e terceirização, visando manter o equilíbrio fiscal e assegurar a sustentabilidade financeira do Estado.
- (D) A política fiscal ideal é aquela que aumenta continuamente a arrecadação, priorizando a ampliação da capacidade tributária do Estado na busca pela garantia dos gastos públicos.
- (E) A Lei de Responsabilidade Fiscal concede autonomia plena aos Estados e Municípios para definirem seus orçamentos, uma vez que eles possuem autonomia para estabelecer os endividamentos e as despesas com pessoal.

44

Um administrador da PARANAPREVIDÊNCIA é frequentemente requisitado para emitir pareceres, relatórios e laudos que exigem conhecimentos fundamentais de gestão. Essa função torna-se especialmente complexa em um contexto de reformas administrativas e previdenciárias, como a recente Reforma da Previdência, e em um ambiente regulado por legislações como a Lei de Integridade e Compliance do Paraná (Lei nº 19.857/2019, Decreto nº 2902/2019) e a Lei de Acesso à Informação (LAI nº 12.527/2011). Nesse sentido, considerando as atribuições de um administrador da PARANAPREVIDÊNCIA e os impactos das reformas administrativas e previdenciárias, assim como a necessidade de compliance e gestão de riscos, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma ação a ser tomada pelo administrador.

- (A) Diante da Reforma da Previdência, o administrador deve priorizar a redução imediata de benefícios previdenciários para todos os segurados, visando exclusivamente ao equilíbrio financeiro, sem a necessidade de emitir relatórios que justifiquem essa decisão.
- (B) Ao emitir pareceres sobre ajustes na política previdenciária, o administrador deve considerar a Lei de Integridade e Compliance, assegurando que as decisões estejam em conformidade com princípios éticos e que haja um plano de gestão de riscos para mitigar impactos financeiros e operacionais.
- (C) A Lei de Acesso à Informação dispensa o administrador de divulgar informações sobre a situação previdenciária para os segurados, garantindo maior flexibilidade na implementação de medidas administrativas e financeiras.
- (D) A gestão de riscos na administração previdenciária deve ser evitada, uma vez que a análise de riscos pode revelar informações sensíveis que não estão em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.
- (E) De acordo com as reformas administrativas, o administrador deve focar aumentar as contribuições previdenciárias dos servidores, sem considerar as implicações éticas ou legais estabelecidas pela Lei de Integridade e Compliance.

45

A gestão fiscal no Brasil é regulamentada por normas e instrumentos legais que buscam assegurar a transparência, o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Entre os instrumentos legais, há a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a consolidação das contas públicas, promovendo conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Esses instrumentos, embora complementares, possuem funções específicas e limites de atuação que devem ser respeitados pelos gestores públicos. Assim, considerando os aspectos fiscais e os mecanismos de controle estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A LRF determina que os entes federativos devem elaborar e publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), enquanto o MCASP fornece orientações sobre a estrutura e o conteúdo desses relatórios.
- II. O MCASP estabelece limites para despesas com pessoal e endividamento dos entes públicos, visando assegurar o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das contas públicas.
- III. A LRF define os procedimentos contábeis patrimoniais a serem adotados pelos entes públicos, incluindo o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos ativos e passivos.
- IV. O MCASP é responsável por fixar metas fiscais e limites de despesas para os entes federativos, conforme as diretrizes estabelecidas pela LRF.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas III.

46

Uma organização é composta por diferentes ambientes que interagem constantemente, representados por fatores controláveis com a cultura e caracterizados por variáveis como aspectos políticos, econômicos e tecnológicos. A relação entre esses ambientes é guiada pela missão, pela visão e pelos valores da organização, e o gestor desempenha o papel de equalizador, promovendo o alinhamento estratégico entre os ambientes interno e externo. Sobre a relação entre os ambientes organizacionais, a missão, a visão e os valores e o papel do gestor como equalizador, assinale a alternativa correta.

- (A) A visão organizacional estabelece os princípios éticos que guiam a conduta dos colaboradores, com foco na relação da organização com o ambiente interno, pensando nos fatores que influenciam nas decisões estratégicas de curto prazo.
- (B) A missão e os valores organizacionais são elementos do ambiente externo, sendo a visão o fator que conecta a organização ao ambiente interno, pois trata de metas e projeções futuras relacionadas ao mercado.
- (C) O papel de equalizador do gestor é mediar os ambientes interno e externo, garantindo que a moral organizacional seja aplicada na tomada de decisões estratégicas, alinhando a execução de uma visão ao objetivo definido pela organização.
- (D) A missão organizacional, aplicada aos processos, reflete o propósito estratégico da organização, contudo os valores, ao estarem associados aos ambientes internos e externos, impactam o modelo da organização na sociedade e, assim, sua missão.
- (E) Os valores organizacionais são variáveis independentes, não relacionadas à missão e à visão e, portanto, têm impacto limitado na relação entre os ambientes interno e externo, permitindo ao gestor concentrar-se exclusivamente em fatores econômicos e operacionais.

47

A análise organizacional é uma técnica gerencial essencial que, compreendendo fatores internos e externos, avalia recursos e capacidades que geram vantagem competitiva, permitindo ao gestor examinar detalhadamente a organização, por meio de ferramentas, compreendendo, entendendo e descrevendo suas características e funcionamentos, o que produz informações que permitem alinhar as ações organizacionais às demandas do mercado. Em relação à análise organizacional, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Na análise ambiental, devem ser considerados o acompanhamento, a avaliação e a divulgação das tendências observadas no ambiente externo para conseguir maior enquadramento da empresa.
- ( ) A técnica gerencial busca identificar os stakeholders de uma organização, sua importância e potencial impacto nesta, de forma a prescrever uma maneira para gerenciar a relação com estes, denominada VRIO.
- ( ) A análise SWOT permite integrar forças e oportunidades, possibilitando estratégias que ampliem os benefícios organizacionais, enquanto a VRIO avalia a raridade de recursos como base para a diferenciação.
- ( ) Quando o grau de incerteza ambiental é alto e o stakeholder assume uma importância crítica para a organização, deve-se optar pelo desenvolvimento de acordos proativos entre a organização e o stakeholder para que sejam alcançados objetivos comuns.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – F – V – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – F – V.

48

A integração entre a administração estratégica e a administração da produção contemporânea é fundamental para o sucesso organizacional. Essa sinergia permite alinhar os objetivos de longo prazo da empresa com operações eficientes e adaptáveis às demandas do mercado. Nesse contexto, algumas ferramentas estratégicas podem ser implementadas para aumentar a competitividade e responder às demandas do mercado. Em relação a tais ferramentas e suas contribuições à gestão organizacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sistema japonês Just-in-Time (JIT), também conhecido como o modelo Toyotismo, buscou minimizar estoques e, no âmbito estratégico, ele pode ser utilizado para identificar falhas nos processos produtivos, promovendo ajustes contínuos para otimizar o fluxo de produção.
- (B) Na administração da produção, a ferramenta SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) não é exclusiva, pois é amplamente utilizada na administração estratégica para avaliar fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que podem impactar a organização como um todo.
- (C) O Material Requirements Planning (MRP) auxilia o planejamento operacional, integrando recursos produtivos e estratégias competitivas, ao prever demandas futuras e ajustar a cadeia de suprimentos para garantir a disponibilidade de materiais necessários.
- (D) Ferramentas estratégicas, como o Balanced Scorecard (BSC), permitem alinhar os objetivos organizacionais aos indicadores de desempenho, possibilitando a integração das dimensões financeira, de clientes, processos internos e aprendizado, sem interferir diretamente no modelo de governança corporativa.
- (E) A análise das forças competitivas de Porter auxilia na identificação das pressões externas enfrentadas pela organização, permitindo que estratégias corporativas sejam ajustadas para lidar com novos entrantes, produtos substitutos, poder de barganha de clientes e fornecedores, além da rivalidade no setor.

49

Um administrador previdenciário da PARANAPREVIDÊNCIA busca implementar o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta estratégica para alinhar a organização às demandas atuais e futuras, assegurando a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Em um diagnóstico recente, foram identificados os seguintes desafios: aumento na taxa de judicialização de benefícios, demora nos processos de concessão e necessidade de ampliar a capacitação dos servidores. Com base nesse cenário e nos fundamentos do BSC, é correto afirmar que esse administrador deve

- (A) integrar as quatro perspectivas do BSC de forma equilibrada, definindo metas específicas para cada uma delas como: aumentar a arrecadação (financeira), reduzir o tempo de concessão de benefícios (processos internos), implementar treinamentos regulares para servidores (aprendizado e crescimento) e melhorar o índice de satisfação dos segurados em 20% (cliente).
- (B) priorizar a perspectiva de aprendizado e crescimento, implementando programas de capacitação para servidores, com o objetivo de longo prazo de melhorar o atendimento aos segurados e, indiretamente, os processos internos.
- (C) utilizar a perspectiva de cliente para criar um programa de satisfação dos segurados, focando metas de curto prazo como a redução do tempo de resposta na concessão de benefícios, sem comprometer os recursos financeiros.
- (D) desenvolver indicadores específicos para a perspectiva financeira como o "aumento da arrecadação líquida em 10% até o próximo trimestre", sem incluir metas para outras perspectivas, garantindo foco na sustentabilidade econômica.
- (E) focar exclusivamente a perspectiva de processos internos, criando fluxos mais rápidos para a concessão de benefícios, por ser o maior gargalo identificado, e apenas monitorar os impactos nas demais perspectivas.

50

A administração financeira utiliza ferramentas contábeis e demonstrativos financeiros para monitorar a posição patrimonial e econômica das organizações. O balanço patrimonial, por exemplo, reflete a situação financeira da empresa em um dado momento, sendo impactado por eventos como a aquisição de ativos, o financiamento de operações e a distribuição de lucros. Sobre possíveis alterações no balanço patrimonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A aquisição de um ativo financiado integralmente por capital de terceiros resulta em um aumento do ativo circulante e em uma redução proporcional no passivo não circulante, devido à apropriação imediata de juros no financiamento.
- (B) O aumento no capital próprio, por meio de emissão de novas ações, eleva o patrimônio líquido e o ativo não circulante, representando um aporte de recursos que não implica endividamento adicional.
- (C) A redução do capital social, decorrente de uma recompra de ações, reduz o patrimônio líquido e aumenta o passivo não circulante, uma vez que a dívida futura aumenta proporcionalmente ao resgate.
- (D) A aquisição de um imobilizado com recursos próprios reduz o patrimônio líquido, sem impactar os passivos, e aumenta o ativo não circulante, mantendo o equilíbrio contábil no balanço patrimonial.
- (E) A distribuição de lucros retidos não afeta o patrimônio líquido, pois trata-se de um evento que altera exclusivamente o ativo circulante, como caixa ou equivalente de caixa.

51

As ferramentas contábeis são fundamentais para uma análise financeira. Dentre as disponíveis, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é essencial para avaliar o desempenho econômico-financeiro da organização. Por meio dela, um gestor tem a capacidade de identificar custos, despesas, lucros e uma diversidade de atividades que ocorrem na organização e, assim, identificar alterações na estrutura de capital. Sobre alterações na DRE e na estrutura de capital de uma organização, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O aumento do endividamento impacta diretamente a DRE por meio das despesas financeiras que são tributáveis, aumentando a base de cálculo do imposto de renda, o que gera uma economia, ou seja, amplia os lucros, mas sem alterar o custo do capital de terceiros.
- II. O aumento da emissão de ações para captação de recursos próprios é contabilizado como aumento do patrimônio líquido, o que pode reduzir a dependência de capital de terceiros e diminuir as despesas financeiras apresentadas na DRE, melhorando a margem operacional.
- III. A emissão de títulos para captação de capital de terceiros eleva o passivo exigível, gera despesas financeiras que impactam o lucro operacional e pode reduzir o lucro líquido, mas não interfere diretamente no patrimônio líquido da empresa.
- IV. A alavancagem financeira ocorre quando o retorno sobre o patrimônio líquido aumenta proporcionalmente ao uso de capital próprio, enquanto o capital de terceiros é evitado para minimizar os riscos financeiros e reduzir a volatilidade dos resultados.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas I e II.  
(C) Apenas II.  
(D) Apenas II, III e IV.  
(E) Apenas I e IV.

52

A Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management – SCM) é fundamental para a eficiência e eficácia das operações em diferentes setores, incluindo a Administração Pública. No setor público, a integração entre fornecedores, estoques e consumidores finais deve atender a princípios legais, como a economicidade e a eficiência, além de observar os princípios éticos e normativos que regem a Administração Pública. Sobre a aplicação da Gestão da Cadeia de Suprimentos no contexto da Administração Pública, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A implementação de estoques mínimos na Administração Pública, aliada ao princípio da economicidade, pode reduzir o desperdício e otimizar recursos, mas depende da integração eficiente com os fornecedores para evitar a interrupção de serviços essenciais.
- II. No setor público, a adoção do Just-in-Time (JIT) enfrenta limitações devido à complexidade das normas legais e licitatórias que podem dificultar a reposição ágil de materiais, comprometendo o atendimento às demandas públicas.
- III. A transparência e a ética na gestão da cadeia de suprimentos são fundamentais no setor público, garantindo que as compras sejam realizadas de forma isonômica e com publicidade, conforme os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.
- IV. A centralização completa do gerenciamento de estoques na Administração Pública aumenta a eficiência e reduz custos, eliminando a necessidade de coordenação entre diferentes unidades administrativas e fornecedores.

- (A) Apenas I.  
(B) Apenas I, II e III.  
(C) Apenas I, III e IV.  
(D) Apenas I e III.  
(E) Apenas II, III e IV.

**53**

A sustentabilidade na gestão de recursos materiais e patrimoniais envolve práticas que contribuem para o uso eficiente e responsável de materiais, priorizando a redução de impactos ambientais e a melhoria na qualidade dos processos administrativos. Com base nos princípios de sustentabilidade e gestão patrimonial, assinale a alternativa correta.

- (A) O tombamento de bens patrimoniais tem como principal objetivo a substituição frequente de equipamentos antigos por novos, visando modernizar o patrimônio público.
- (B) A classificação de materiais por grau de criticidade auxilia no atendimento eficiente de urgências, reduzindo desperdícios e priorizando compras de materiais sustentáveis quando necessário.
- (C) O uso de práticas verdes em estoques consiste exclusivamente na aquisição de produtos recicláveis, sem impacto direto na gestão dos recursos patrimoniais.
- (D) A gestão sustentável de estoques promove a eliminação imediata de materiais obsoletos, sem necessidade de inventários ou auditorias regulares.
- (E) Compras públicas sustentáveis priorizam critérios econômicos sobre critérios ambientais e sociais, uma vez que o preço mais baixo é o único requisito previsto na legislação.

**54**

A gestão de pessoas na Administração Pública requer a adoção de processos estruturados para o recrutamento e a seleção de servidores, garantindo que as contratações atendam às necessidades institucionais e às exigências legais. No contexto do recrutamento público, é essencial que os processos estejam alinhados às competências demandadas pelos cargos e às estratégias organizacionais. Em relação ao funcionamento e às características do recrutamento na Administração Pública, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O recrutamento de servidores efetivos ocorre exclusivamente por meio de concurso público, e as etapas do processo são flexíveis, podendo ser adaptadas às circunstâncias e necessidades imediatas do órgão contratante.
- II. O edital do concurso público deve detalhar as competências e habilidades exigidas para o cargo, além de prever etapas específicas para avaliar a compatibilidade dos candidatos com as atribuições descritas, como provas objetivas, discursivas e avaliação de títulos.
- III. A contratação temporária no setor público dispensa a necessidade de processo seletivo formal e, por isso, é uma solução eficiente para atender a demandas emergenciais sem comprometer a legalidade e a eficiência do serviço público.
- IV. Uma das limitações do recrutamento na administração pública é a ausência de mecanismos que permitam a avaliação de competências comportamentais durante o processo seletivo, o que pode dificultar a identificação de candidatos com habilidades interpessoais e de liderança.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

55

A gestão por processos é uma abordagem que visa integrar e alinhar as atividades de uma organização para atingir objetivos estratégicos. Relacionada aos conceitos básicos da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), essa abordagem considera a organização como um sistema composto por partes interdependentes. Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Na gestão por processos, os sistemas organizacionais são abertos, interagindo constantemente com o ambiente externo, o que implica a necessidade de adaptação às mudanças externas.
- (B) A TGS sustenta que o desempenho de um processo pode ser analisado isoladamente, já que cada processo funciona de forma independente dentro do sistema organizacional.
- (C) A abordagem sistêmica na gestão por processos enfatiza que as partes de um sistema devem ser integradas, pois o desempenho total da organização depende da interação entre seus componentes.
- (D) A gestão por processos está alinhada ao conceito de homeostase sistêmica, que se refere ao equilíbrio dinâmico entre as partes internas do sistema, mantendo a estabilidade organizacional diante de variações externas.
- (E) A visão sistêmica aplicada à gestão por processos reconhece que a interdependência entre os subsistemas organizacionais pode gerar efeitos sinérgicos que beneficiam os objetivos estratégicos da organização.

56

O processo de licitações e contratos na Administração Pública é regido por normas específicas que visam garantir a eficiência, a moralidade e a transparência na gestão dos recursos públicos. O objetivo principal é assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, promovendo isonomia entre os participantes e o atendimento às necessidades públicas. Sobre os conceitos básicos de licitações e contratos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Licitação é o procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública contrata bens, serviços ou obras, sendo obrigatória apenas para contratações que excedam os limites financeiros estabelecidos em lei.
- II. A modalidade de licitação chamada "concorrência" é aplicável para contratações de grande vulto, sendo caracterizada pela ampla participação de interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.
- III. Contratos administrativos são regidos exclusivamente pela Lei Geral de Licitações, não sendo aplicáveis outros princípios ou normas previstos na Constituição Federal ou em legislações específicas.
- IV. O princípio da economicidade, aplicado às licitações públicas, exige que a administração selecione a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o menor preço, mas também a qualidade e a eficiência do objeto contratado.

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I e IV.

57

Na Administração Pública, a gestão eficiente dos recursos materiais é fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Nesse sentido, o processo de aquisição de materiais deve observar rigorosamente os princípios e normas estabelecidos pela legislação vigente, especialmente no que tange às licitações públicas. Considerando os processos de compra e controle de qualidade na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, permite a contratação direta sem licitação para aquisições de qualquer valor, desde que haja justificativa técnica adequada.
- (B) É necessário procedimento administrativo, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), para a convocação de empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.
- (C) O controle de qualidade dos materiais adquiridos é de responsabilidade única do fornecedor. Ao gestor público cabe o processo administrativo de convocação dessas empresas para o processo de compra no atendimento dos diversos setores públicos.
- (D) O processo de licitação, conforme a obra Licitações e Contratos – Orientações Básicas, de autoria do Tribunal de Contas da União, pode ser dispensado para a aquisição de materiais quando o fornecedor for uma empresa de notória especialização, independentemente do valor da contratação.
- (E) A modalidade de licitação é a maneira específica de conduzir o procedimento licitatório a partir de critérios definidos em lei (de acordo com o Princípio da Legalidade). Dentre as modalidades, destaca-se a *emptum*, palavra do latim que significa compra, como procedimento interno de aquisição de bens.

58

A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Governamental, é o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo do patrimônio dos entes públicos, que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Nessa área, tem-se, como ferramenta primordial, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª Edição. A respeito do MCASP, assinale a alternativa correta.

- (A) O MCASP estabelece procedimentos contábeis padronizados para todos os entes federativos, sendo aplicável tanto às entidades públicas quanto às privadas que recebem recursos de transferências governamentais, desde que sejam regidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (B) As orientações do MCASP são amplamente baseadas no regime de competência, mas admitem exceções em que o regime de caixa pode ser utilizado para adequação às especificidades da execução orçamentária de curto prazo.
- (C) A 10ª edição do MCASP é alinhada às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), sendo um instrumento obrigatório para todas as esferas governamentais, com validade jurídica equivalente a um decreto federal.
- (D) Uma das principais funções do MCASP é a uniformização da contabilidade pública para fins de consolidação das contas nacionais, permitindo maior comparabilidade e transparência das informações fiscais.
- (E) Entre as demonstrações contábeis previstas no MCASP, estão o Balanço Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais, porém sua adoção depende exclusivamente de decisão de cada ente público, considerando a autonomia administrativa dos estados e municípios.

**59**

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é destinado aos servidores públicos efetivos e requer uma gestão eficiente para garantir sua sustentabilidade financeira. Nesse contexto, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), são fundamentais para assegurar transparência e responsabilidade fiscal na administração dos recursos previdenciários. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O Balanço Orçamentário é uma demonstração contábil que evidencia a posição financeira do RPPS em relação aos seus ativos e passivos no final do exercício.
- (B) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresenta as alterações ocorridas no patrimônio líquido do RPPS durante o exercício, evidenciando as variações aumentativas e diminutivas.
- (C) O Balanço Financeiro demonstra a execução orçamentária do RPPS, comparando as receitas previstas com as realizadas e as despesas fixadas com as executadas.
- (D) A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é obrigatória para o RPPS e evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, segregadas por atividades operacionais de investimento e de financiamento.
- (E) O Balanço Patrimonial do RPPS é facultativo e apresenta a situação patrimonial da entidade, evidenciando seus ativos, passivos e patrimônio líquido.

**60**

A análise financeira é uma ferramenta essencial para avaliar a saúde econômica de uma entidade organizacional, seja ela pública ou privada. No contexto da administração financeira pública, os indicadores de liquidez, rentabilidade, lucratividade e endividamento permitem aos gestores públicos monitorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e tomar decisões direcionadas para a sustentabilidade fiscal. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os indicadores de liquidez avaliam a capacidade da entidade pública de gerar lucro a partir de seus ativos.
- (B) Os indicadores de rentabilidade medem a eficiência da entidade pública em cumprir suas obrigações de curto prazo.
- (C) Os indicadores de lucratividade analisam a proporção de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido da entidade pública.
- (D) Os indicadores de endividamento avaliam o grau de dependência da entidade pública em relação a recursos de terceiros para financiar suas atividades.
- (E) Os indicadores de liquidez geral consideram apenas os ativos e passivos circulantes da entidade pública.

